

As vozes da reorganização escolar na cobertura dos portais Uol e Folha de S.Paulo

THAIS RODRIGUES MARIN¹

RESUMO

Este artigo investiga as notícias publicadas pelos portais Uol e Folha de S.Paulo, no período de setembro a dezembro de 2015, sobre o projeto de reorganização escolar proposto pelo Governo do Estado de São Paulo. Ele identifica quais as fontes de informação citadas nas notícias, isto é, governo, especialistas em educação, estudantes secundaristas etc., e quais os principais argumentos indicados para defender ou criticar a reorganização escolar. Partindo da discordância de avaliação sobre os sentidos e efeitos da proposta por parte do governo, de um lado, e de universidades e assessorias em educação, de outro, estas últimas como representantes do conhecimento especializado na área, o estudo dá destaque aos argumentos apresentados por esses dois grupos de atores. Com algumas diferenças entre os dois portais analisados, os dados levantados mostram que as vozes do governo foram as que prevaleceram como fontes nas notícias. As universidades e assessorias educativas e de pesquisa representaram uma parcela muito pequena das fontes. A presença da fala de ambos também se mostrou diferente nos portais, com maior destaque para a fala do governo no portal Folha de S.Paulo e das universidades no portal Uol. A pesquisa sobre as vozes da reorganização escolar que aparecem nas notícias pode se configurar como um dado interessante a ser somado ao debate sobre o papel da divulgação científica das universidades, sobretudo tendo em vista a participação destas no debate público.

Palavras-chave: reorganização escolar; educação; divulgação científica; cobertura jornalística; mídia.

ABSTRACT

This article investigates the news published by Uol and Folha de S.Paulo websites from September to December 2015, on the school reorganization project proposed by the government of the State of São Paulo. It identifies which information sources were cited in the news, that is, government, education experts, school students etc., and what were the main arguments given to defend or to criticize the school reorganization. Considering the disagreement on the meanings and effects of the proposal by the government, on one hand, and universities and advisory services in education, on the other, these last two as representatives of specialized knowledge in education, the study highlights the arguments presented by these two groups of actors. With some differences between the two news websites analyzed, the data collected show that the government's voices were prevalent as sources in the news. Universities and educational and research advisory services represented a very small portion of the sources. The presence of both speeches was also different in the websites, most notably the

¹ Relações Públicas pela Unesp (2008), mestre em Ciência Política pela USP (2013). Atualmente, é relações públicas da área de Pesquisa da Faculdade de Educação da Unicamp e aluna do curso de Especialização em Jornalismo Científico do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp (Labjor).

government speech in Folha de S.Paulo and universities in Uol. Research on the voices of school reorganization that appear in the news can be configured as an interesting data to be added to the debate on the role of science communication by universities, especially aiming their participation in public debate.

Keywords: *school reorganization; education; science communication; news coverage; media.*

1. Reorganização escolar: projeto e repercussão

No final de setembro de 2015, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo anunciou o projeto de reorganização da rede estadual de ensino. O plano previa a ampliação do número de escolas que ofereciam apenas um dos três ciclos de ensino, isto é, que atendiam exclusivamente turmas dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) ou do ensino médio. Segundo a secretaria, o ciclo único permitiria melhorar a gestão das escolas e, como consequência, melhorar o desempenho escolar (BATISTA FILHO, 2015).

Previsto para ser implantando a partir do início de 2016, o processo de reorganização significava, em números: criação de 754 escolas de ciclo único, aumentando de 1.443 para 2.197 as escolas da rede nessa modalidade; 43% das 5.147 escolas da rede estadual passariam a ser de ciclo único; 94 escolas seriam desativadas e disponibilizadas para o ensino infantil, profissional ou de jovens e adultos; 311 mil alunos seriam transferidos de escola; e mais de 1 mil escolas do estado seriam afetadas pelas mudanças.²

Rapidamente, universidades, entidades acadêmicas e profissionais, professores da rede, pais e alunos se mostraram contrários à iniciativa. Em 4 de dezembro de 2015, o processo de reorganização escolar foi suspenso por parte do governo Geraldo Alckmin. Nos 42 dias que se passaram entre o lançamento do projeto e sua suspensão, muitos eventos ocorreram, entre eles: cerca de 200 escolas foram ocupadas por estudantes em diversos municípios do estado; reintegrações de posse concedidas e revogadas; confronto de estudantes com a polícia em protestos e bloqueio de avenidas; vazamento de áudio do chefe de gabinete da Secretaria da Educação, em que declarava estratégias de “guerra” às escolas ocupadas; e demissão do secretário de educação Herman Voorwald.

Essa série de acontecimentos recebeu a cobertura diária dos veículos de comunicação brasileiros e mesmo destaques na imprensa internacional. Para além de informações a respeito das ocupações de escolas e manifestações, as notícias também traziam as apreciações do governo, de professores universitários, de professores da rede estadual de educação básica, de pais, alunos e especialistas em educação sobre o processo de reforma proposto. Entre tantos argumentos que figuraram no noticiário, de um lado, os proponentes do projeto afirmavam que os índices de qualidade das escolas mostravam melhores resultados naquelas de ciclo único (BATISTA FILHO, 2015). De outro, professores universitários e demais especialistas em educação indicavam que não havia evidências empíricas suficientes para justificar o projeto de reestruturação (MOÇÃO, 2015; PÓ et al., 2015).

² Dados disponíveis na página da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo em 2015, após anúncio do projeto (<http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/>), e divulgados em entrevistas e coletivas de imprensa.

Para aquele leitor mais atento, que estivesse acompanhando a cobertura midiática a respeito do tema, uma dúvida poderia ficar sem resposta: afinal, a reorganização escolar é boa ou não? Em termos de política pública educacional, é uma proposta interessante? Se a educação também se configura como uma área de conhecimento científico, sobretudo nas universidades, então, há acúmulo de informações oriundas de estudos e pesquisas capazes de embasar decisões políticas. Sendo assim, o fato de professores universitários e outros especialistas em educação se mostrarem contrários à reforma não seria um sinal de que o projeto poderia ser “inadequado”?

Para além de prováveis contornos políticos, o embate discursivo e avaliativo entre universidades e especialistas *versus* Governo do Estado ilustrou certo distanciamento entre o conhecimento sobre educação que se produz na universidade e a ação governamental voltada à educação. E essa é a questão fundamental que nos interessa aqui. Duas falas divulgadas em reportagens acerca da reorganização escolar ajudam a esclarecer esse distanciamento:

O secretário criticou as universidades e disse que se as manifestações viessem das faculdades de economia ele se preocuparia. “Mas não estou preocupado. A teoria nem sempre é efetiva na prática”, disse, em referência às faculdades de educação. “Respeito a academia, mas a reorganização não tem qualquer tipo de preocupação econômica, financeira. Minha única preocupação é a qualidade da educação”. [Herman Voorwald, então secretário da educação de São Paulo sobre notas de universidades criticando o projeto] (SOUZA, 2015, grifo da autora).

“O número de alunos, espaços não ocupados, situações dos prédios e a otimização de professores foram analisados. Também analisamos as evidências internas, no aspecto pedagógico, mas talvez o que foi escrito não levou em conta todas as discussões que a secretaria fez ao longo do ano”, afirma. “A gente analisa as evidências internas que temos [sic]. Nosso papel no executivo é diferente da academia, que tem todo tempo do mundo”. [Cleide Bochixio, coordenadora de gestão de RH da Secretaria, ao comentar sobre a UFABC ter contestado os dados oficiais] (REORGANIZAÇÃO, 2015, grifo da autora).

Também vale destacar nesses trechos a fala do secretário da educação Herman Voorwald, que revela traços da tradicional disputa de poder das áreas de conhecimento dentro das estruturas universitárias – declaração minimamente polêmica, sobretudo tendo sido feita pelo ex-reitor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

Essa diversidade nas avaliações a respeito da política, exposta pela imprensa, em especial a clara discordância entre aqueles que propuseram o projeto e as universidades e especialistas em

educação, serviu de inspiração a este estudo. Não é novidade afirmar que o trabalho jornalístico não é imparcial em termos daquilo que pauta e de como pauta no debate público – ainda que o queira ser em sua essência. No processo de produção da notícia, a escolha das fontes, por exemplo, o recorte de suas falas e mesmo o enquadramento de seu conteúdo dentro do texto são escolhas – sejam elas políticas, editoriais, profissionais ou até pessoais. Conforme explica José Marques de Melo, “decidir a que fontes recorrer externamente constitui uma dimensão da política editorial, que está atrelada fortemente às operações comerciais das empresas” (MELO, 1985, p. 65).

Mais ainda, as fontes não apenas são pautadas pela mídia, mas elas também são capazes de pautar o *newsmaking*. “O saber do jornalismo também é construído pela fonte, embora não se preste a devida atenção à sua relação com a mídia” (SCHMITZ, 2011, p. 11). O trabalho de assessorias de imprensa na divulgação de temas de interesse das fontes, falas públicas ou entrevistas concedidas por elas – todas essas ações podem resultar em manchetes jornalísticas.

Levando em conta a existência desse embate entre universidades/especialistas e governo sobre a reorganização escolar e o papel das fontes dentro da produção jornalística, o que as notícias sobre a temática podem nos dizer por meio das vozes dos atores envolvidos? Quais seriam, então, os atores e instituições tratados como fontes de informação nas matérias jornalísticas a respeito da reorganização escolar? E quais argumentos deles foram destacados pelas reportagens?

A fim de responder a essas questões, este artigo investiga as notícias publicadas sobre o tema por dois dos portais de informação mais acessados do País – Uol e Folha de S.Paulo –, no período de setembro a dezembro de 2015. Com o objetivo de identificar as fontes de informação citadas pelas reportagens e os respectivos argumentos apresentados para defender ou criticar a reforma, ele pretende observar mais atentamente o que disseram os proponentes do projeto – Governo do Estado de São Paulo e seus gestores – e aqueles que representam o conhecimento especializado, acadêmico, sobre a educação – universidades, ONGs e assessorias educacionais.

2. A cobertura dos portais Uol e Folha de S.Paulo

Durante o período investigado, foram encontradas 263 notícias de interesse dessa análise nos dois portais. Elas foram identificadas por meio da busca pelo termo “reorganização escolar”. Dentre elas, 176 foram publicadas pelo portal Uol, e 87 pelo portal Folha de S.Paulo. O maior número de publicações sobre o tema feitas em um único dia foi do Uol, com 13 notícias. Na Folha, o pico diário foi de 8 publicações.

Inicialmente, as publicações foram divididas de acordo com o tema principal do qual tratavam. No portal Uol, 50,5% das notícias tiveram como foco as ocupações das escolas; 25% trouxeram como pauta principal as avaliações sobre a reorganização escolar por parte de atores e instituições; e 24,5% abordaram as manifestações de rua contrárias ao projeto. No

portal Folha de S.Paulo, a divisão temática seguiu essa mesma distribuição, embora com uma proporção um pouco maior para as notícias voltadas ao debate acerca da proposta: 40% sobre ocupações; 33,5% sobre debate; e 26,5% sobre manifestações.

Para a investigação sobre a participação das fontes nas reportagens e o conteúdo de

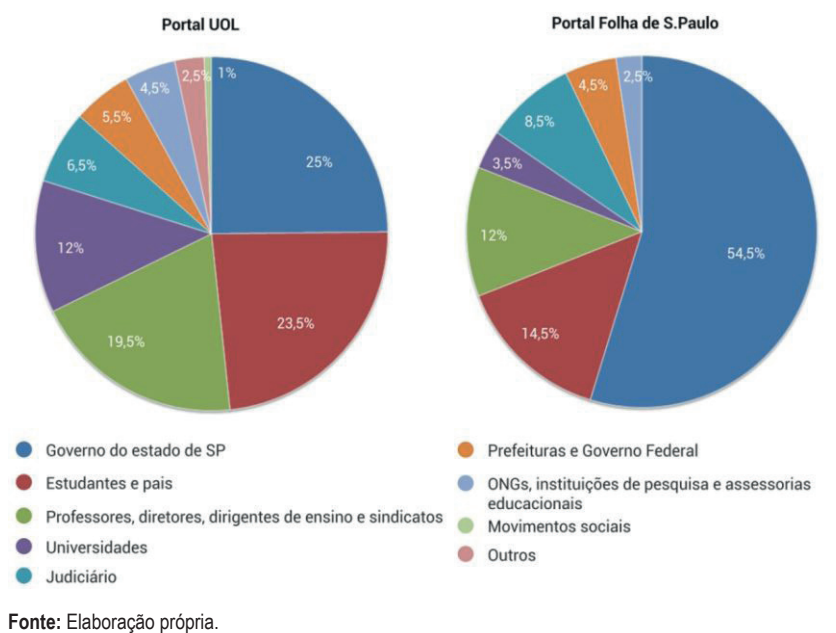
suas falas, proposta por este trabalho, foram consideradas como fonte todas as pessoas e instituições citadas direta ou indiretamente pelos veículos para apresentar dados ou outras informações de caráter avaliativo a respeito do projeto de reorganização escolar. Optou-se por analisar neste artigo apenas as publicações identificadas dentro da temática “debate”, uma vez que as falas das fontes apresentadas nas publicações sobre as ocupações e as manifestações se centraram na defesa ou na crítica a essas ações e não na avaliação do projeto. Para cada notícia, cada fonte foi contabilizada apenas uma vez, embora suas falas possam ter sido diluídas em diversos momentos da reportagem.

Desse modo, o resultado do levantamento de quais foram as fontes de informação que estiveram presentes nas notícias dos dois portais é ilustrado pelos Gráficos 1 e 2. Observa-se que, para os dois veículos, as principais fontes citadas são aquelas que estavam envolvidas ou seriam afetadas diretamente pelo projeto, quais sejam, nesta ordem de distribuição: o Governo do Estado de São Paulo, por meio de seus representantes do Gabinete, da Secretaria da Educação e de outras secretarias e órgãos da administração; alunos e pais das escolas que passariam por mudanças; e professores da rede, diretores de escola, dirigentes de ensino e sindicatos.

Nota-se, no entanto, que a presença das vozes do governo foi duas vezes maior (54,5%) no portal Folha de S.Paulo em relação ao portal Uol (25%). Conseqüentemente, no Uol, a fala de alunos, pais e professores esteve mais presente. Mais interessante ainda é verificar que a presença da fala das universidades, por meio de seus professores e dirigentes, foi proporcional e comparativamente mais marcante dentro do Uol (12%) do que na Folha de S.Paulo (3,5%).

GRÁFICOS 1 E 2

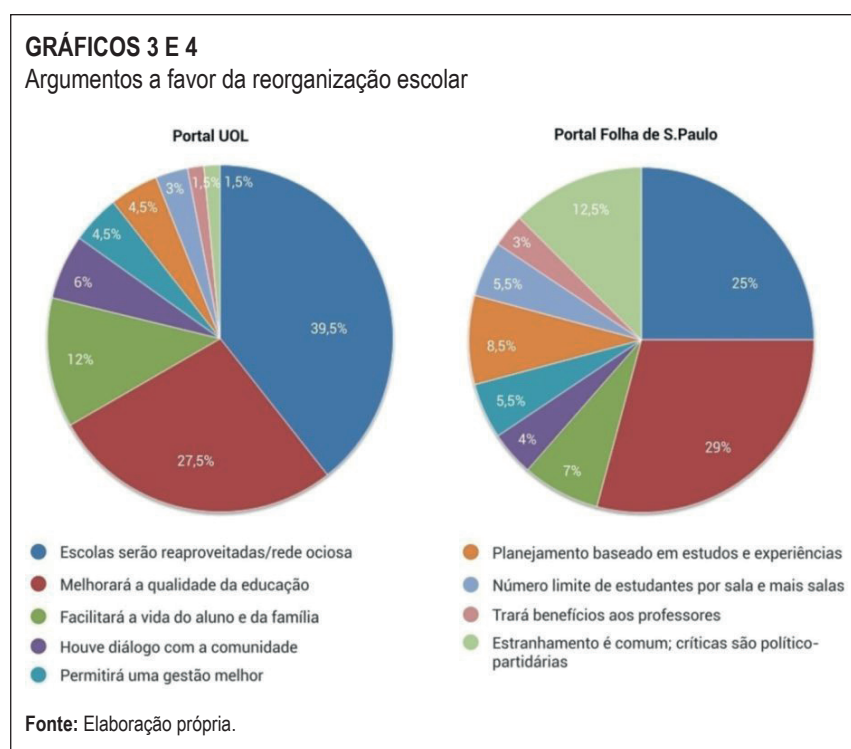
Fontes de informação nas notícias sobre o debate



A segunda etapa da análise foi identificar e categorizar as falas das fontes de acordo com os argumentos apresentados para defender ou criticar o projeto de reforma. Dada a diversidade de suas falas, foram definidas nove categorias de argumentos “a favor” da reorganização e nove “contra” o projeto. Argumentos similares em termos de conteúdo e posicionamento foram agrupados dentro de uma mesma categoria. Cada argumento foi contabilizado exatamente de acordo com o número de menções a ele por parte do universo de fontes. Interessante notar que, no Uol, em termos absolutos, o número de menções a justificativas contra a reforma (121) foi maior do que aquelas que a defendiam (66). Na Folha, observou-se cenário inverso: 96 falas em defesa da reforma e 48 criticando-a.

De acordo com o que se vê nos Gráficos 3 e 4, os três argumentos para defender o plano de reorganização escolar que mais apareceram nas falas das fontes foram, nesta ordem: a rede de ensino estaria com vagas ociosas e, portanto, as escolas desativadas seriam reaproveitadas como outros equipamentos da educação; a reforma melhoraria a qualidade da educação, e também facilitaria a vida do aluno e da família ao permitir uma melhor organização da rede. Vê-se que há diferenças na distribuição proporcional desses argumentos nos dois portais. Vale destacar uma dessas diferenças: a desqualificação das críticas feitas ao projeto, sobretudo identificando-as como político-partidárias, teve presença maior (12,5%) nas notícias do portal Folha de S.Paulo. Já a citação a pesquisas e estudos que dessem subsídios ao plano proposto – que poderíamos entender como o argumento especializado, “científico” – representou apenas 4,5% dos argumentos presentes nas notícias do portal Uol e 8,5% do portal Folha de S.Paulo.

Os argumentos que mais se destacaram para criticar a reorganização, conforme mostram os Gráficos 5 e 6, foram: a reforma prejudicaria alunos e familiares; não teria havido diálogo prévio com a comunidade escolar para a elaboração do projeto; e não haveria justificativa pedagógica e estudo detalhado da rede de ensino que dessem subsídios à proposta



do governo. Nota-se uma maior homogeneidade comparativa na distribuição desses argumentos nos dois portais, ainda que haja algumas diferenças que mereçam ser mencionadas. A crítica pedagógica ao projeto, por exemplo, esteve um pouco menos presente no portal Folha de S.Paulo (10,5%) do que no Uol (18%). Por outro lado, o argumento de que as escolas desativadas não estariam vazias ou subutilizadas foi proporcionalmente maior no portal

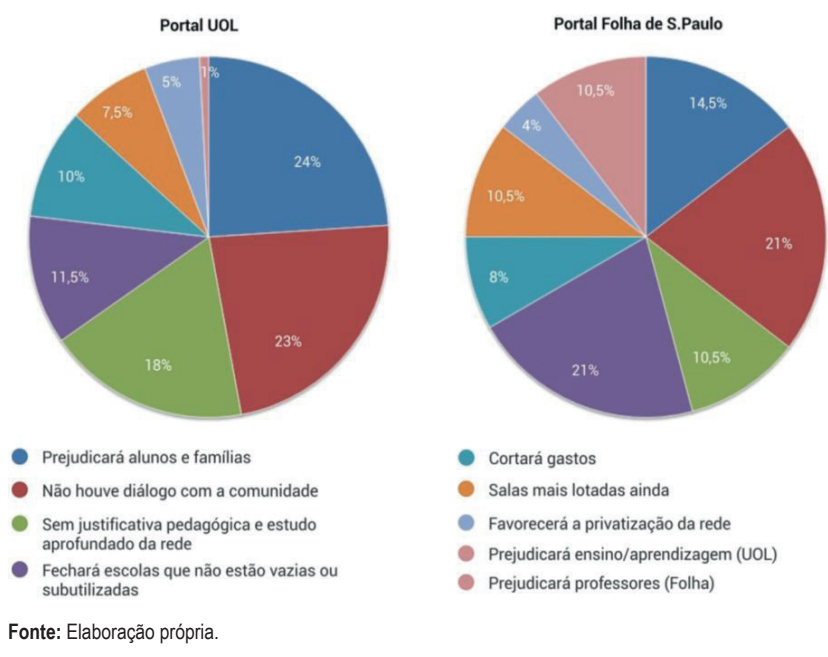
Folha (21%) do que no Uol (11,5%).

Em um terceiro momento da análise, foram consideradas, de um lado, apenas as falas do Governo do Estado de São Paulo, isto é, dos gestores e funcionários da Secretaria da Educação e outros órgãos da administração, e do próprio governador – já que representam a autoria da proposta –, e, de outro, das universidades, ONGs, instituições de pesquisa e assessorias educacionais, entendidos aqui como detentores do conhecimento especializado sobre educação, aquele baseado em pesquisas e estudos. Trata-se, aqui, de um universo de 47 falas do governo no portal Uol e 76 no portal Folha de S.Paulo. Quanto às falas das universidades e de outras instituições educativas e de pesquisa, são 30 presentes no Uol e apenas 8 na Folha.

Os Gráficos 7 e 8 mostram uma diferença de inserção dos argumentos do Governo do Estado de São Paulo nos dois veículos. No portal Uol, três foram as justificativas mais recorrentes usadas por esses atores para defenderem a reorganização: a ociosidade da rede e o reaproveitamento das escolas desativadas (44,5%); a possibilidade de melhorar a qualidade da educação (30%); e as facilidades que o projeto traria para alunos e familiares (11%). Já no portal Folha de S.Paulo, para além dessas mesmas falas, também teve destaque a justificativa que afirmava que as críticas ao projeto eram naturais, comuns, devido ao estranhamento causado pelas mudanças e, mais ainda, que elas sofriam influência político-partidária. Se considerarmos que no Gráfico 4 já se havia demonstrado que 12,5% dos argumentos favoráveis à reorganização no portal Folha de S.Paulo diziam respeito a esta última justifi-

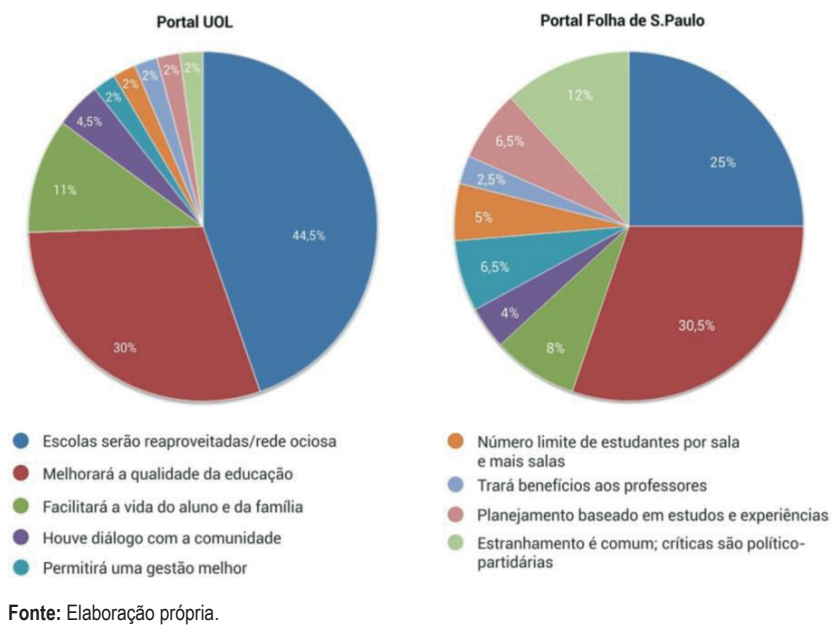
GRÁFICOS 5 E 6

Argumentos contra a reorganização escolar



GRÁFICOS 7 E 8

Argumentos do Governo do Estado de São Paulo



cativa, facilmente verificamos que o governo é o autor responsável por essa fala dentro das publicações do portal.

Finalmente, os Gráficos 9 e 10 apresentam os argumentos contrários à reorganização escolar citados nas reportagens pelos atores que aqui consideramos especialistas na temática da educação. É interessante notar que, no portal

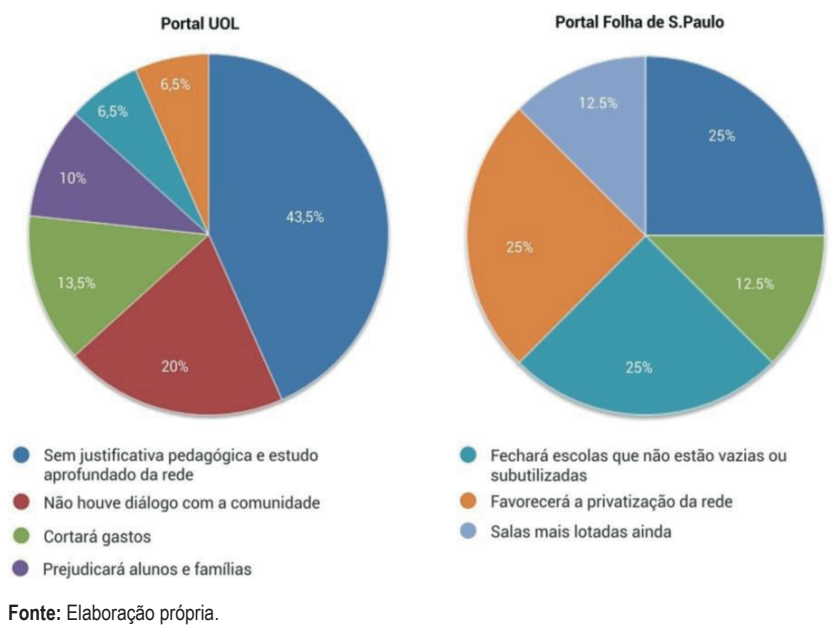
Uol, a mais presente justificativa desses atores para criticar o projeto foi exatamente o fato de ele não ter uma explicação pedagógica e um estudo aprofundado da rede de ensino. Já no portal Folha, os argumentos estão distribuídos de maneira mais equânime. Nesse portal, as falas sobre a falta de diálogo com a comunidade escolar e o prejuízo a alunos e familiares não apareceram nas vozes contrárias à reorganização. Por outro lado, o fato de o projeto poder gerar salas com

uma maior quantidade de alunos do que as atuais esteve presente, diferentemente do Uol.

Interessante registrar que uma análise feita pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) sobre a cobertura da imprensa a respeito da organização escolar indicou que a Folha “foi a publicação com a abordagem mais contrária às

GRÁFICOS 9 E 10

Argumentos das universidades, ONGs, instituições de pesquisa e assessorias educacionais



ocupações” (CARVALHO, 2016). A publicação também lembrou a visita do governador Geraldo Alckmin à redação do jornal em 2 de dezembro de 2015, e a imediata retirada do ar de um vídeo-reportagem publicado pelo portal Folha que mostrava as ocupações, os depoimentos dos alunos e as condições precárias de muitas das escolas da rede.

3. Quem (in)forma o form(ul)ador?

Os dados apresentados mostram que, com algumas diferenças entre os dois portais analisados, as vozes do Governo do Estado de São Paulo, por meio de seus gestores e funcionários, foram as que prevaleceram como fontes nas notícias. Alunos e pais, maior público daqueles que seriam diretamente afetados pelas mudanças, ficaram em segundo lugar. As universidades e assessorias educativas e de pesquisa representaram uma parcela muito pequena das fontes.

Quando levados em conta os argumentos a favor da reorganização escolar apresentados pelo governo e aqueles contrários a ela proferidos por universidades e assessorias educativas e de pesquisa, viu-se que as falas das universidades estiveram mais presentes no portal Uol do que no portal Folha de S.Paulo. A fala do governo, por outro lado, teve mais espaço na Folha do que no Uol. Decisões editoriais, ou mesmo individuais, de caráter político e ideológico poderiam servir para construir um quadro reflexivo a respeito dessas diferenças. Mas este artigo não se propõe a dar uma investigação detalhada sobre a prática jornalística, isto é, sobre os porquês da escolha das fontes nas reportagens e do poder de enquadramento dos argumentos delas – ainda que essa seja uma análise bastante interessante e fundamental.

Este estudo de caráter preliminar, exploratório, serve mais para ilustrar, em uma de suas possíveis nuances, a distância existente entre o conhecimento especializado em educação e a educação enquanto setor de política pública. Ainda que possamos questionar a real existência de conhecimentos acadêmicos como meramente técnicos, neutros, e concordar com que a verdade científica também seja um fato político, não há como negar que a sociedade ocidental, de modo geral, vê as universidades e as instituições especializadas em pesquisa como detentoras de saberes, de conhecimentos “verdadeiros” a respeito dos fenômenos.

Sendo assim, tomando por base a concepção da educação como campo acadêmico de conhecimento, pôde-se observar que, em um debate público polêmico e acompanhado de perto pela imprensa, as universidades – mesmo livremente associadas neste texto a instituições e assessorias educacionais, que costumam marcar presença nas discussões sobre educação – tiveram uma participação restrita nas notícias cujo foco principal eram as apreciações a respeito do projeto de reorganização escolar.

Mais ainda, em comparação com as demais áreas, as ciências humanas e sociais padecem histórica e culturalmente de uma descaracterização enquanto ciência, enquanto produção

de conhecimento, não só dentro da academia, mas também na representação que se tem delas nos veículos de comunicação. Como bem destaca Orlandi, “no jornal, por exemplo, o discurso de divulgação da ciência exata aparece no lugar em que se publica ciência, explicitamente. O discurso de divulgação das ciências humanas aparece disperso em qualquer lugar do jornal, inespecificamente” (ORLANDI, 2004, p. 136).

Neste sentido, a pesquisa acerca das “vozes da reorganização escolar” que aparecem nas notícias pode se configurar como um dado interessante a ser somado à reflexão sobre o papel da divulgação científica de universidades, em especial para as áreas de ciências humanas e sociais. Uma das funções da divulgação científica é fornecer informações que possibilitem a participação dos cidadãos no debate público sobre as temáticas relacionadas à ciência, sua natureza, objetivos ou resoluções. Ou seja, o objetivo deve ser informar para o debate público, para a consolidação de uma cultura científica ou, ainda, para que a ciência “possa finalmente diluir-se na democracia” (LÉVY-LEBLOND, 2006, p. 43).

Para além das óbvias disputas políticas por trás da construção da política pública educacional, se há um distanciamento entre os conhecimentos da universidade e os conhecimentos e ações de governos, isto é, se no âmbito da política educacional reproduz-se o falso binômio teoria *versus* prática, então o trabalho de divulgação científica das universidades deve ser estratégico, objetivando a presença delas no debate público sobre os temas em pauta, e não se limitar à publicização de resultados pontuais de pesquisas e artigos científicos. Especialmente na área da educação, sua função deve ser informar tanto o público geral quanto os formadores de opinião e os *decision makers* para a tomada de decisões e a avaliação a respeito de políticas.

Essa breve discussão apresentada aqui abre caminhos para algumas questões que não podem ser ignoradas no debate sobre a divulgação científica na área da educação. Quem informa o formador de opinião e o formulador de políticas públicas? Quais atores detêm, hoje, o conhecimento especializado sobre educação no Brasil? Quem são, de fato, os especialistas considerados pela imprensa e, em especial, pelos formuladores de políticas? Se a universidade perde seu espaço nessa nova dinâmica do debate público educacional, qual seu papel enquanto produtora de conhecimento?

4. Referências

BATISTA FILHO, O. N. **Escolas estaduais com uma única etapa de atendimento e seus reflexos no desempenho dos alunos**. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA), 2015.

CARVALHO, T. De olho na mídia: ocupações das escolas em SP. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)**, 2016. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/de-olho-na-midia-ocupacoes-das-escolas-em-sp>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

LÉVY-LEBLOND, J. Cultura científica: impossível e necessária. In: VOGT, C. (Org.). **Cultura científica: desafios**. São Paulo: EDUSP, Fapesp, 2006, p. 28-43.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOÇÃO de repúdio à reorganização das escolas estaduais de São Paulo. Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 21 out. 2015.

ORLANDI, E. P. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004

PÓ, M. V.; YAMADA, E. M. K.; XIMENES, S.; LOTTA, G. S.; ALMEIDA, W. M. **Análise da política pública de Reorganização Escolar proposta pelo Governo do Estado de São Paulo**. São Bernardo do Campo, 2015.

REORGANIZAÇÃO escolar em SP carece de dados que provem eficácia, aponta análise. **Portal UOL**, São Paulo, 1º dez. 2015. Notícias.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SOUZA, M. Secretário diz que reorganização escolar será publicada nos próximos dias. **Portal UOL**, São Paulo, 25 nov. 2015. Educação.